



EXAME DE APTIDÃO PROFISSIONAL – EAP TEN/2015

EAP 1º TEN QOE

(Edital nº 13/2014, de 10 de dezembro de 2014).

NOME: _____

LOCAL DE PROVA: _____ **SALA:** _____

DATA: 11/04/2015

ORIENTAÇÕES AOS CANDIDATOS:

1. Prova sem consulta.
2. Abra este caderno de prova somente quando autorizado.
3. Esta prova contém 40 (quarenta) questões, valendo 2,5 (dois vírgula cinco) pontos cada e valor total de 100 (cem) pontos.
4. Para cada questão existe somente uma resposta correta.
5. Responda as questões e marque a opção desejada na folha de respostas, usando caneta (tinta azul ou preta).
6. Não será admitido nenhum tipo de rasura na folha de respostas. As questões rasuradas ou em branco ou com dupla marcação serão consideradas nulas para o candidato.
7. O tempo máximo permitido para a realização da prova objetiva será de 180 (cento e oitenta) minutos incluindo o preenchimento da folha de respostas.
8. É proibido o uso de máquinas calculadoras, telefones celulares ou outros similares e o porte de arma de fogo.
9. Iniciadas as provas, os candidatos somente poderão deixar a sala, e a esta retornar, exclusivamente para uso de sanitários ou bebedouros, somente após transcorridos o tempo mínimo de 01:00 (uma hora), e devidamente acompanhados por fiscal do exame.
10. Ao final da prova, entregue ao aplicador a folha de respostas da prova objetiva e caderno de prova, devidamente preenchidos, assinados e conferidos.

01ª QUESTÃO – Nos termos do Estatuto dos Militares do Estado de Minas Gerais e considerando a carreira militar, marque a alternativa CORRETA.

- A. () Militar da reserva é o que, tendo prestado serviço na ativa, passa à situação de desobrigado definitivo para com o serviço.
- B. () Militar da ativa é o que, ingressando na carreira policial-militar, faz dela profissão, até ser transferido para a reserva, reformado ou excluído.
- C. () Militar reformado é o que, tendo prestado serviço na ativa, passa à condição de reconvocado para o serviço ativo ou inativo.
- D. () A carreira na PMMG, para o cargo de oficial (QOPM e QOE), é privativa de brasileiros natos ou naturalizados.

02ª QUESTÃO – A respeito da hierarquia e a precedência militar e, considerando o regramento estabelecido no Estatuto dos Militares do Estado de Minas Gerais, marque a alternativa CORRETA.

- A. () A data de nascimento não tem o condão de regular a antiguidade entre dois 1º Tenentes PM.
- B. () Para fins de escala hierárquica, não há que se falar em precedência funcional entre o Cadete do último ano e o Aluno do CHO/ CSTGSP.
- C. () Aos postos e graduações é facultado o acréscimo da designação “PM”.
- D. () Posto é o grau hierárquico dos oficiais, conferido por ato do Chefe do Governo do Estado e, graduação é o grau hierárquico das praças conferido pelo Comandante Geral da Polícia Militar.

03ª QUESTÃO – A respeito das vantagens atribuídas ao pessoal da Polícia Militar e, considerando o que estabelece o Estatuto dos Militares do Estado de Minas Gerais, marque a alternativa CORRETA.

- A. () A ajuda de custo e o abono familiar são vantagens especiais.
- B. () O auxílio moradia, o abono fardamento e as diárias são vantagens transitórias.
- C. () O auxílio invalidez e o quantitativo para funeral são vantagens ocasionais.
- D. () Os adicionais por quinquênio vencido, o auxílio invalidez e adicional de desempenho (ADE), são vantagens constantes.

04ª QUESTÃO – Considerando o conteúdo da Lei Estadual nº 14.310/2002, que dispõe sobre o Código de Ética e Disciplina dos Militares do Estado de Minas Gerais, marque a alternativa CORRETA.

- A. () Para uma transgressão de natureza grave, a autoridade aplicadora da sanção atribuirá pontos negativos que devem ficar na margem de vinte (20) a vinte e cinco (25) pontos.
- B. () No julgamento da transgressão, a cada atenuante será atribuído cinco (05) pontos positivos e a cada agravante um (01) ponto negativo.
- C. () O julgamento da transgressão disciplinar será precedido de análise que considere, dentre outros, os antecedentes do transgressor e as consequências que da transgressão possam advir.
- D. () A sanção disciplinar tem por fim preservar a disciplina e tem caráter repressivo e educativo.

05ª QUESTÃO – Considerando o conteúdo da Lei Estadual nº 14.310/2002, que dispõe sobre o Código de Ética e Disciplina dos Militares do Estado de Minas Gerais, analise as assertivas abaixo.

- I. Constitui causa de justificação ter sido cometida a transgressão para evitar consequências mais danosas que a própria transgressão disciplinar.
- II. São circunstâncias atenuantes, dentre outras, estar o transgressor classificado no conceito “A” e haver o militar praticado a transgressão por falta de experiência no serviço.
- III. São circunstâncias que agravam a transgressão disciplinar, dentre outras, o conluio de duas ou mais pessoas e a prática da transgressão para ocultar erro próprio ou de outrem,
- IV. O cometimento da transgressão disciplinar na prática de ação meritória constitui causa de justificação.
- V. Constitui circunstância atenuante ter o transgressor procurado diminuir as consequências da transgressão, antes da sanção, reparando os danos.

São CORRETAS as assertivas:

- A. () II e IV, apenas.
- B. () I e V, apenas.
- C. () II e III, apenas.
- D. () I e II, apenas.

06ª QUESTÃO – Marque a alternativa CORRETA. No que diz respeito à concessão de recompensa, as autoridades devem, nos diversos níveis, atentar para uma série de princípios. A respeito destes princípios.

São princípios a serem observados:

- A. () Proporcionalidade, individualidade, oportunidade, merecimento e justiça.
- B. () Proporcionalidade, razoabilidade, legalidade, efetividade e merecimento.
- C. () Razoabilidade, conveniência, merecimento, eficácia e justiça.
- D. () Proporcionalidade, indisponibilidade, celeridade, merecimento e transcendência.

07ª QUESTÃO – Nos termos do Decreto nº 42.843/2002, que regulamenta a concessão de recompensas, analise as assertivas abaixo e marque a alternativa CORRETA.

São recompensas por ordem decrescente de importância:

- A. () Elogio, comendas concedidas pela Instituição, nota meritória, dispensa do serviço, cancelamento de punições, menção elogiosa escrita, menção elogiosa verbal.
- B. () Elogio, nota meritória, comendas concedidas pela Instituição, cancelamento de punições, dispensa do serviço, menção elogiosa escrita, menção elogiosa verbal.
- C. () Elogio, nota meritória, dispensa do serviço, comendas concedidas pela Instituição, cancelamento de punições, menção elogiosa escrita, menção elogiosa verbal.
- D. () Elogio, comendas concedidas pela Instituição, cancelamento de punições, nota meritória, dispensa do serviço, menção elogiosa escrita, menção elogiosa verbal.

08ª QUESTÃO – A dispensa do serviço é uma das recompensas previstas no Código de Ética e Disciplina dos Militares do Estado de Minas Gerais. A referida dispensa é regulamentada pelo Decreto 42.843/2002 e, a cada autoridade foi estabelecido um limite de dias para a concessão da recompensa. A respeito deste tema, marque a alternativa CORRETA.

- A. () Comandante de pelotão destacado, por até 05 (cinco) dias.
- B. () Governador do Estado, por até 30 (trinta) dias.
- C. () Chefe do Estado-Maior, Corregedor, Diretores, Comandante de Unidades e Chefes de Centros, por até 15 (quinze) dias.
- D. () Comandante-Geral, por até 20 (vinte) dias.

09ª QUESTÃO – No que diz respeito ao Conselho de Ética e Disciplina Militares da Unidade (CEDMU), marque a alternativa CORRETA.

- A. () O militar designado para fazer parte do CEDMU deverá estar, no mínimo do conceito “B”, independente da pontuação.
- B. () O CEDMU será integrado por três militares, superiores hierárquicos ou mais antigos que o militar cujo procedimento estiver sob análise, possuindo caráter consultivo.
- C. () O CEDMU será integrado por três militares, superiores hierárquicos ou mais antigos que o militar cujo procedimento estiver sob análise, possuindo caráter consultivo e deliberativo.
- D. () O militar designado para fazer parte do CEDMU deverá estar, no conceito “A”, independente da pontuação.

10ª QUESTÃO – No que diz respeito à promoção de oficiais e, considerando o que estabelece o Decreto 46.297/2013 - RPO, marque a alternativa CORRETA.

- A. () Os oficiais do QOC e QOE serão promovidos pelo critério de antiguidade, ao posto de Capitão, no nono (9º) ano após o ano base.
- B. () No que diz respeito ao “ano-base”, tem-se que o ano da promoção ao posto de 2º Tenente, tanto no QOPM quanto no QOC, constitui marco para o compute do tempo para a promoção.
- C. () O acesso ao oficialato decorrente da promoção por ato de bravura ao primeiro posto se dará no QOC ou QOE e, caso seja de interesse do oficial, será assegurada a matrícula no CSTGP subsequente, realizado após a sua promoção.
- D. () Para efeito de promoção de oficial, a data de praça não constitui marco apto a apurar a antiguidade.

11ª QUESTÃO – Nos termos da Instrução Conjunta de Corregedorias nº 02/2014 (ICCPM/BM), que estabelece padronização sobre as atividades de Polícia Judiciária Militar no âmbito da PMMG, marque a alternativa CORRETA.

- A. () A notícia de fato previsto como crime doloso contra a vida, praticado por militar em serviço ou agindo em razão da função, contra civil, será investigada pela Polícia Judiciária comum haja vista cuidar-se de crime cuja competência para o processo e julgamento estar afeta à justiça comum e não à justiça militar.
- B. () A audição simultânea de pessoas só tem cabimento nos casos de testemunhas, não se admitindo quando da oitiva do investigado/conduzido e da vítima.
- C. () A notícia de fato previsto como crime doloso contra a vida, praticado por militar em serviço ou agindo em razão da função, contra civil, será investigada pela Polícia Judiciária Militar por intermédio do IPM ou APF.
- D. () Não se admite, em hipótese alguma, no curso das investigações policiais militares a audição simultânea de pessoas.

12ª QUESTÃO – Tendo por referência o conteúdo da Instrução Conjunta de Corregedorias nº 02/14 – ICCPM/BM/2014, analise as assertivas abaixo e assinale Verdadeiro (V) para as assertivas verdadeiras ou Falso (F) para as falsas. Em seguida, marque a alternativa que contém a sequência de respostas CORRETA, na ordem de cima par baixo.

- () O militar que praticar fato tipificado como infração penal comum ou militar, estando em situação de flagrância, deverá ser preso e apresentado à autoridade competente.
- () A prisão em flagrante, tal qual ocorre com aquela advinda de ordem judicial, só pode ser efetuada durante o dia, haja vista as garantias constitucionais do preso.
- () Nas ocorrências em que a intervenção policial resulte morte de qualquer pessoa, a Central de Operações da IME, por meio do Coordenador do turno, a Delegacia de área ou equivalente deverá ser cientificada imediatamente.
- () Em se tratando de crime militar e na total impossibilidade de comparecimento da perícia técnica da Polícia Civil, a Autoridade de Polícia Judiciária Militar deverá ser cientificada.
- () Lavrado o APF, será expedida nota de culpa que será entregue ao preso no prazo máximo de 24 horas após a sua prisão, sendo o termo inicial para a contagem do prazo a apresentação do preso à autoridade de polícia judiciária.

- A. () F, F, V, V, F.
- B. () V, V, V, F, V.
- C. () V, F, F, V, F.
- D. () F, V, F, V, V.

13ª QUESTÃO – No que diz respeito ao instituto da “declaração de ação legítima”, assim regulado pela Resolução Conjunta nº 4.338/2014, marque a alternativa CORRETA.

- A. () Nos crimes culposos de qualquer natureza não se deve manifestar sobre a legitimidade da ação.
- B. () Não se deve declarar a “ação legítima” quando restar demonstrado, de forma cabal, que o militar praticou a conduta amparada por causa legal ou supralegal que exclua o crime.
- C. () A competência para declarar a ação legítima é privativa do Comandante-Geral, do Chefe do Estado-Maior, do Chefe do Gabinete Militar do Governador e do Corregedor da Instituição Militar.
- D. () Os encarregados de IPM não devem emitir parecer, em seu relatório, quanto a possibilidade de declaração da legitimidade da ação do militar investigado para não viciar o procedimento e ensejar sua nulidade em juízo.

14ª QUESTÃO – Considerando o regramento estabelecido no Código de Processo Penal Militar a respeito do Inquérito Policial Militar (IPM), marque a alternativa CORRETA.

- A. () O IPM é iniciado mediante despacho fundamentado da Autoridade de Polícia Judiciária Militar Delegada, com indicação do autor da infração penal militar (nome) e a capitulação exata do crime praticado.
- B. () O IPM é a apuração sumária de fato, que, nos termos legais, configure crime militar, e de sua autoria. Tem caráter de instrução provisória, cuja finalidade precípua é a de ministrar elementos necessários à propositura da ação penal.
- C. () Se, no curso do IPM, o seu encarregado verificar a existência de indícios contra oficial de posto superior ao seu, ou mais antigo, continuará na condução das investigações haja vista não se confundir o IPM com os Processos Administrativos em que há necessidade da substituição do encarregado.
- D. () A reprodução simulada de fatos, quando realizada no curso do IPM, requer autorização judicial.

15ª QUESTÃO – Considerando o estabelecido pelo Código de Processo Penal Militar, analise as assertivas abaixo.

- I. Independentemente de flagrante delito, o indiciado poderá ficar detido, durante as investigações policiais, até trinta dias, comunicando-se a detenção à autoridade judiciária competente.
- II. O inquérito é sigiloso, mas seu encarregado pode permitir que dele tome conhecimento o advogado do indiciado.
- III. O inquérito deverá terminar dentro em 20 dias, se o indiciado estiver preso, contado esse prazo a partir do dia em que se executar a ordem de prisão; ou no prazo de 40 dias, quando o indiciado estiver solto, contados a partir da data em que se instaurar o inquérito.
- IV. Os prazos para a conclusão do IPM podem ser prorrogados por mais 10 dias pela Autoridade de Polícia Judiciária Militar.
- V. A autoridade militar poderá mandar arquivar autos de inquérito se a conclusão das investigações indicar a inexistência de crime ou a inimputabilidade do indiciado.

São CORRETAS as assertivas:

- A. () I e III, apenas.
- B. () II, IV e V, apenas.
- C. () II e V, apenas.
- D. () I, II e III, apenas.

16ª QUESTÃO – Marque a alternativa CORRETA. Nos termos do Caderno Doutrinário 1, que cuida da Intervenção Policial, do Processo de Comunicação e do Uso da Força, são princípios do uso da força:

- A. () Legalidade, indisponibilidade, intranscendência.
- B. () Legalidade, impessoalidade e razoabilidade.
- C. () Legalidade, moralidade, publicidade.
- D. () Legalidade, necessidade e proporcionalidade.

17ª QUESTÃO – O Caderno Doutrinário 1, que cuida da Intervenção Policial, do Processo de Comunicação e do Uso da Força, aponta alguns conceitos a serem aplicados na atividade policial militar. A respeito destes conceitos, marque a alternativa CORRETA.

- A. () Uso diferenciado da força é sinônimo de uso progressivo de força.
- B. () O uso diferenciado da força caracteriza-se pelo uso de força de maneira seletiva.
- C. () Uma pessoa que durante uma abordagem policial acata todas as determinações do policial militar, se encaixa no conceito de “abordado cooperativo ou resistente passivo”.
- D. () Não há distinção entre resistência ativa e resistência passiva, uma vez que nas duas situações o abordado, com seu comportamento, coloca em risco a integridade física do policial militar.

18ª QUESTÃO – Considerando os dispositivos que estabelecem os tipos penais militares, assim definidos no Código Penal Militar, marque a alternativa CORRETA.

- A. () O resultado morte advindo da prática do crime de violência contra superior, não qualifica o crime.
- B. () Fazer apologia de fato que a lei militar considera crime, ou do autor do mesmo, em lugar sujeito ou não à administração militar, constitui crime militar.
- C. () A reunião de militares armados, agindo contra a ordem recebida de superior, ou negando-se a cumpri-la, constitui infração penal militar definida como revolta.
- D. () 3º Sgt QPE que desrespeita um 1º Ten QOE na presença de um Sd PM não comete o crime de desrespeito a superior uma vez que o tipo penal exige que o desrespeito ocorra em presença de um militar mais antigo ou superior hierárquico ao que pratica a conduta tida por ilícita.

19ª QUESTÃO – Considerando os tipos penais descritos no Código Penal Militar, marque a alternativa CORRETA.

- A. () Oficial do QOE que findo o prazo de trânsito não se apresenta, dentro de oito dias, na Unidade para a qual fora transferido/designado, comete, em tese, crime de deserção.
- B. () No crime de deserção, a pena aumenta de 1/3 (um terço) se se tratar de Oficial, Sub Tenente ou Sargento.
- C. () 1º Ten QOE que dá asilo a um filho, 3º Sgt PM, que se encontra na condição de desertor, é apenado pela prática do crime de favorecimento a desertor.
- D. () Policial Militar que estando no horário de folga veste a farda e deslocar para um bar e lá se embriaga, comete o crime de embriaguez em serviço.

20ª QUESTÃO – Considerando os tipos penais descritos no Código Penal Militar, marque a alternativa CORRETA.

- A. () O crime de estupro definido no Código Penal Militar comporta, na condição de vítima, tanto o homem quanto a mulher.
- B. () A prática de ato libidinoso, para configurar o crime de pederastia, tem de ser homossexual, independente de estares os militares em local sujeito à administração militar.
- C. () Para a configuração do crime de desacato a superior, a lei penal militar exige que a conduta seja praticada em presença de outro militar.
- D. () No que se refere ao crime militar de lesão corporal, em se tratando de lesão levíssima, o juiz pode considerar a infração como transgressão disciplinar.

21ª QUESTÃO – A respeito do pagamento de ajuda de custo e seu regramento no Estatuto dos Militares do Estado de Minas Gerais - EMEMG, marque a alternativa CORRETA.

- A. () Nos casos em que o militar é movimentado por interesse da disciplina, o pagamento da ajuda de custo será feito à proporção de 50 % (cinquenta por cento) da remuneração básica.
- B. () Caso o militar se desloque por motivo de interesse próprio, o pagamento de ajuda de custo fica condicionado à comprovação dos gastos e estes gastos não podem exceder à remuneração básica do interessado.
- C. () A ajuda de custo compor-se-á de uma parte fixa e de outra variável.
- D. () Nos casos de movimentação por necessidade do serviço, a ajuda de custo será paga no limite de duas vezes a remuneração básica do interessado.

22ª QUESTÃO – Considerando o conteúdo da Resolução n.º 4.085/10- CG, de 11 de maio de 2010, que Dispõe sobre a aquisição, o registro, o cadastro e o porte de arma de fogo de propriedade do militar; e o porte de arma de fogo pertencente à Polícia Militar de Minas Gerais, marque a alternativa CORRETA.

- A. () A aquisição de arma de fogo será autorizada em até 2 (dois) tipos diferentes a cada ano.
- B. () O colete à prova de balas poderá ser adquirido diretamente de fábricas, de comércios civis regulares e de particulares, em níveis de proteção permitidos pelo EB, após devidamente autorizado.
- C. () Estar classificado no conceito “B -24 (B menos 24)” consiste em uma das situações consideradas impeditivas à autorização interna da PMMG para o militar adquirir arma de fogo, munição ou colete à prova de balas.
- D. () A aquisição de arma de fogo, munição e colete à prova de balas, para uso próprio, é direito apenas do militar da ativa, observado o disposto na legislação específica e nesta Resolução.

23ª QUESTÃO – Considerando o conteúdo da resolução n.º 4.085/10- CG, de 11 de maio de 2010, que Dispõe sobre a aquisição, o registro, o cadastro e o porte de arma de fogo de propriedade do militar e o porte de arma de fogo pertencente à Polícia Militar de Minas Gerais, marque a alternativa CORRETA.

Dentre outras circunstâncias será suspenso o porte de arma de fogo do militar quando:

- A. () For condenado a pena privativa de liberdade.
- B. () Estiver preso à disposição da Justiça.
- C. () Não obtiver, no mínimo, o conceito “B” no treinamento de tiro anual.
- D. () Enquanto estiver cumprindo qualquer sanção disciplinar.

24ª QUESTÃO – Nos termos do que prevê a Resolução nº 4.085/10- CG, de 11 de maio de 2010, que Dispõe sobre a aquisição, o registro, o cadastro e o porte de arma de fogo de propriedade do militar; e o porte de arma de fogo pertencente à Polícia Militar de Minas Gerais, marque a alternativa CORRETA.

- A. () Sendo localizada a arma de fogo que fora extraviada a mesma será devolvida ao respectivo proprietário mediante recibo, não sendo necessários outros procedimentos administrativos.
- B. () No caso de extravio, por furto, roubo ou perda de arma de fogo de uso restrito, de propriedade do militar, este somente poderá adquirir nova arma de uso restrito depois de encontrada a arma extraviada.
- C. () Ocorrendo extravio da arma de fogo, poderá ser autorizada nova aquisição, a qualquer tempo, depois de solucionado procedimento investigatório que ateste não ter havido dolo por parte do proprietário.
- D. () Ocorrendo extravio, por roubo, furto ou perda de arma de fogo, pertencente a militar, este deverá providenciar a lavratura de Boletim Ocorrência e comunicar o fato ao seu Comandante, Diretor ou Chefe, formalmente, anexando o CRAF.

25ª QUESTÃO – Considerando o conteúdo do Caderno Doutrinário 2 - Tática Policial, abordagem a pessoas e tratamento às vítimas (Manual Técnico-Profissional nº 3.04.02/2013-CG), marque a alternativa CORRETA.

- A. () Entende-se por técnica policial a forma de se aplicar com eficácia os recursos técnicos que se dispõe, ou de se explorar as condições favoráveis para se atingir os objetivos desejados.
- B. () Entende-se por tática policial o conjunto dos métodos e procedimentos utilizados na execução da atividade policial. O estabelecimento de técnicas visa alcançar os princípios da eficiência, segurança e legalidade.
- C. () Além do domínio das táticas (como fazer?), outro fator importante para o sucesso das intervenções é a disciplina técnica.
- D. () A disciplina tática consiste na obediência de todos os policiais militares, quando atuando em grupo, ao exercer suas ações (o que e quando fazer?), no exato local (onde fazer?) definido no planejamento de cada atividade.

26ª QUESTÃO – Considerando o conteúdo do Caderno Doutrinário 2 - Tática Policial, abordagem a pessoas e tratamento às vítimas (Manual Técnico-Profissional nº 3.04.02/2013-CG), marque a alternativa CORRETA.

A varredura consiste na verificação visual feita pelo policial militar, de um determinado espaço físico localizado em uma área de risco. Para realizá-la, os policiais militares poderão utilizar três técnicas básicas denominadas:

- A. () Tomada de ângulo, olhada rápida e uso do espelho.
- B. () Disciplina de luz e som, comunicação por gestos e técnicas de uso de lanterna.
- C. () Iluminação do ambiente, identificação de pessoas ou objetos e auxílio na realização da pontaria.
- D. () Guarda alta, guarda baixa e pronta resposta.

27ª QUESTÃO – Quanto às posições básicas para se utilizar o armamento de porte durante as intervenções policiais, descritas no Caderno Doutrinário 2 - Tática Policial, abordagem a pessoas e tratamento às vítimas (Manual Técnico-Profissional nº 3.04.02/2013-CG), analise as assertivas abaixo. Posição 1 - arma localizada: O policial militar levará a mão até o punho da arma, e a manterá no coldre desabotoado. Tal posição tem o objetivo de reduzir o tempo de reação do policial militar e passar ao abordado a possível intenção de usar a arma.

- I. Posição 2 – guarda baixa: o policial militar manterá os braços ligeiramente flexionados, à frente e próximos ao corpo; estará com a arma empunhada destravada (fora do coldre), posicionada na altura do abdômen com o cano voltado para baixo e, como medida de segurança, manterá o dedo indicador fora do gatilho, na mesma direção do cano.
- II. Posição 4 – pronta-resposta: a arma será apontada diretamente para o abordado.
- III. Posição 3 – guarda alta: o policial militar manterá os braços à frente do corpo, ligeiramente flexionados. A arma estará empunhada abaixo da linha dos ombros (altura do tórax), e o cano ficará voltado pra frente.
- IV. Posição 3 – guarda alta: esta posição é indicada para deslocamentos curtos. O policial militar se mantém em condições de responder rapidamente a uma possível agressão.

São CORRETAS as assertivas:

- A. () I e II, apenas.
- B. () I e V, apenas.
- C. () II e III, apenas.
- D. () Todas as assertivas são corretas.

28ª QUESTÃO – Considerando o Caderno Doutrinário 3, Blitz Policial - Manual Técnico-Profissional nº 3.04.03/2013-CG, marque a alternativa CORRETA.

De acordo com os objetivos, as operações do tipo Blitz Policial se dividem em três níveis que são:

- A. () Pequena, média e grande.
- B. () Proporcionalidade, razoabilidade e legalidade.
- C. () Educativo, preventivo e repressivo.
- D. () Cerco, bloqueio e interceptação.

29ª QUESTÃO – Para melhor entendimento e detalhamento das ações, são atribuídas funções específicas aos policiais envolvidos na operação blitz policial. Nesse sentido, considerando o que prevê o Caderno Doutrinário 3, Blitz Policial - Manual Técnico-Profissional nº 3.04.03/2013-CG, marque a alternativa CORRETA.

- A. () PM Comandante: é o militar de maior posto ou graduação ou o mais antigo, responsável direto pela coordenação e controle da operação.
- B. () PM Segurança: é o militar responsável pela seleção dos veículos que serão abordados de acordo com os objetivos da operação.
- C. () PM Vistoriador: é o policial responsável pela integridade e segurança dos componentes da equipe.
- D. () PM Selecionador: é o militar que procede à abordagem e mantém contato visual e verbal com o condutor do veículo e seus passageiros.

30ª QUESTÃO – Considerando o conteúdo do Caderno Doutrinário 3, Blitz Policial - Manual Técnico-Profissional nº 3.04.03/2013-CG, marque a alternativa CORRETA.

- A. () Após decidir pela realização da busca nos ocupantes no veículo, deverá posicioná-los na pista de rolamento para maior segurança dos policiais.
- B. () A busca veicular consiste na verificação interna e externa do veículo abordado, por meio de revistas nos compartimentos suscetíveis a serem utilizados para esconder objetos ilícitos.
- C. () Durante a blitz, a busca pessoal será realizada independentemente da existência de fundada suspeita.
- D. () Realização de busca pessoal e veicular na operação é sempre obrigatória para todos os veículos para pararem na blitz.

31ª QUESTÃO – Quanto à Instrução Conjunta de Corregedorias n. 03, de 17 de março de 2014 - ICCPM/BM N. 03/14 que estabelece o alcance do disposto nos artigos 174 e 175, caput, do Manual de Processos e Procedimentos Administrativos (MAPPA), marque a alternativa CORRETA.

- A. () Em nenhuma hipótese poderá ser procedida a paralisação dos atos processuais.
- B. () A concessão de licença saúde ao militar acusado conduz, necessariamente, à paralisação do respectivo processo disciplinar.
- C. () Ao militar com licença saúde que, devidamente notificado acerca de sua participação obrigatória aos atos de instrução do processo disciplinar que deverá enviar um defensor “ad hoc”.
- D. () O CEDM ou MAPPA não exigem, tanto nos processos demissionários, quanto não demissionários, a presença do acusado durante a realização dos atos de instrução, cujo contraditório poderá, se preferir, ser exercido pelo defensor constituído.

32ª QUESTÃO – Nos termos do que estabelece a Resolução nº 4320, de 16 de julho de 2014, que regulamenta o direito de acesso à informação no âmbito da Polícia Militar de Minas Gerais, analise as assertivas abaixo e assinale Verdadeiro (V) para as assertivas verdadeiras ou Falso (F) para as falsas. Em seguida, marque a alternativa que contém a sequência de respostas CORRETA, na ordem de cima pra baixo:

- () O acesso à informação compreende, entre outros, os direitos de obter orientação sobre os procedimentos para a consecução de acesso, bem como sobre o local onde poderá ser encontrada ou obtida a informação almejada no âmbito da PMMG.
- () O acesso à informação compreende, entre outros, os direitos de obter informação primária, íntegra, autêntica e atualizada.
- () A solicitação para acesso à informação deverá ser formalizado e entregue mediante atendimento somente presencial.
- () O acesso à informação compreende, entre outros, os direitos de obter informação pertinente à administração do patrimônio público, utilização de recursos públicos, licitação, contratos administrativos.
- () O acesso à informação compreende, entre outros, os direitos de obter informação produzida ou custodiada por pessoa física ou entidade privada decorrente de qualquer vínculo com a PMMG, mesmo que esse vínculo já tenha cessado.

- A. () F, F, V, V, F.
- B. () F, V, V, F, V.
- C. () V, V, F, V, V.
- D. () V, F, F, V, F.

33ª QUESTÃO – Quanto à Resolução nº 4320, de 16 de julho de 2014, que regulamenta o direito de acesso à informação no âmbito da Polícia Militar de Minas Gerais, NÃO serão atendidos pedidos de acesso à informação:

- A. () Sobre diárias recebida pelo servidor.
- B. () Sobre o nome completo do servidor.
- C. () Sobre o valor da remuneração de cargos.
- D. () Desproporcionais ou desarrazoados.

34ª QUESTÃO – Marque a alternativa CORRETA. Considera-se como exemplo de crime militar, em tempo de paz, previsto no Código Penal Militar vigente:

- A. () Um Sargento PM da ativa pertencente a uma Cia do 80º BPM, em Belo Horizonte, MG, ao quebrar culposamente uma obra de arte em uma casa cultural na Lagoa da Pampulha, cujo patrimônio estava sob a responsabilidade da administração da Prefeitura de Belo Horizonte.
- B. () Um Soldado PM da ativa, de folga e à paisana, usa armamento de propriedade militar para a prática de um crime roubo.
- C. () Um cidadão civil que pratica crime previsto no Código Penal Militar (CPM) contra um Capitão da ativa da PMMG.
- D. () Um Tenente PM da ativa que, em comissão de natureza militar, representando a Polícia Militar mineira, estando dentro de uma Secretaria de Estado da Agricultura de outro Estado da Federação, agride e causa lesões corporais no Capitão QOR (quadro de oficiais da reserva) da PMMG, devido a um grave desentendimento por uma pasta de anotações que seria distribuída por assessores daquela Secretaria.

35ª QUESTÃO – Considerando o que estabelece o Código Penal Militar, marque a alternativa CORRETA.

- A. () Para fins de aplicação do Código Penal Militar entende-se que pares, ou seja, do mesmo posto, nunca serão considerados superiores um do outro.
- B. () Para fins de aplicação do Código Penal Militar entende-se que antiguidade é posto, portanto, o militar mais antigo que o outro do mesmo posto será sempre considerado superior.
- C. () O militar que, em virtude da função, exerce autoridade sobre outro de igual posto ou graduação, considera-se superior, para efeito da aplicação da lei penal militar.
- D. () Para fins de aplicação do Código Penal Militar entende-se que todos os tenentes são pares, portanto, não há que se considerar superior independentemente de se tratar de um primeiro tenente em relação ao segundo tenente.

36ª QUESTÃO – Analise as assertivas abaixo. Em relação às penas previstas no Código Penal Militar vigente, dentre outras, são penas acessórias:

- I. A perda de posto e patente.
- II. A indignidade para o oficialato.
- III. A incompatibilidade com o oficialato.
- IV. A exclusão das forças armadas.
- V. A perda da função pública, ainda que eletiva.

São CORRETAS as assertivas:

- A. () I e II, apenas.
- B. () I e V, apenas.
- C. () II e III, apenas.
- D. () Todas as assertivas são corretas.

37ª QUESTÃO – Considerando Manual de Processos e Procedimentos Administrativos das Instituições Militares do Estado de Minas Gerais (MAPPA)/2012, marque a alternativa CORRETA.

São causas de justificação que motivam e fundamentam o parecer e/ou o julgamento e possibilitam, legalmente, arquivar os autos, sem responsabilização do investigado/acusado:

- A. () Não constituir o fato transgressão disciplinar.
- B. () Estar provada a inexistência do fato ou não haver prova da sua existência.
- C. () Haver motivo de força maior ou caso fortuito, plenamente comprovado.
- D. () Não existir prova suficiente para o enquadramento disciplinar.

38ª QUESTÃO – Marque a alternativa CORRETA. Nos termos do Manual de Processos e Procedimentos Administrativos das Instituições Militares do Estado de Minas Gerais (MAPPA)/2012, o prazo para que o militar apresente suas alegações de defesa por escrito, no PCD, é de:

- A. () 05 (cinco) dias úteis.
- B. () 10 (dez) dias úteis.
- C. () 15 (quinze) dias úteis.
- D. () 20 (vinte) dias úteis.

39ª QUESTÃO – Considerando Manual de Processos e Procedimentos Administrativos das Instituições Militares do Estado de Minas Gerais (MAPPA)/2012, marque a alternativa CORRETA.

- A. () O prazo para elaboração do PCD será de 15 (quinze) dias corridos, contados da data do recebimento da documentação pelo encarregado, prorrogáveis por 10 (dez) dias corridos, a pedido ou por determinação da autoridade competente, não se computando os prazos destinados à defesa.
- B. () O prazo para elaboração do PCD será de 10 (dez) dias corridos dias corridos, contados da data do recebimento da documentação pelo encarregado, prorrogáveis por 15 (quinze), a pedido ou por determinação da autoridade competente, não se computando os prazos destinados à defesa.
- C. () O prazo para elaboração do PCD será de 10 (dez) dias corridos, contados da data do recebimento da documentação pelo encarregado, prorrogáveis por 05 (cinco) dias corridos, a pedido ou por determinação da autoridade competente, não se computando os prazos destinados à defesa.
- D. () O prazo para elaboração do PCD será de 15 (quinze) dias úteis, contados da data do recebimento da documentação pelo encarregado, prorrogáveis por 10 (dez) dias úteis, a pedido ou por determinação da autoridade competente, não se computando os prazos destinados à defesa.

40ª QUESTÃO – Considerando Manual de Processos e Procedimentos Administrativos das Instituições Militares do Estado de Minas Gerais (MAPPA)/2012, no que se refere a Sindicância Administrativa Disciplinar (SAD), marque a alternativa CORRETA.

- A. () No caso de sobrestamento (suspensão), a contagem do prazo reinicia-se do zero, computando-se o dia do sobrestamento.
- B. () O processo não poderá mais ter seus prazos renovados, mantendo-se sempre elaboração da SAD é de 30 (trinta) dias úteis, podendo ser prorrogado por até 10 (dez) dias úteis.
- C. () O sobrestamento deve sempre ser solicitado pelo sindicante e o dessobrestamento será automático tão logo o motivo do sobrestamento deixe de existir, não sendo necessário comunicar à autoridade delegante.
- D. () O prazo regulamentar para elaboração da SAD é de 30 (trinta) dias corridos, podendo ser prorrogado por até 10 (dez) dias corridos em casos de necessidade, pela autoridade militar delegante, quando tempestivo e devidamente motivado pelo sindicante.

Corte aqui

RASCUNHO – GABARITO DO CANDIDATO

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40